



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680270 - MS (2021/0219464-0)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : SARA APARECIDA PRATES REIS
ADVOGADO : SARA APARECIDA PRATES REIS - SP132689
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
PACIENTE : JOAO VICTOR SANTOS ROCHA BARBOSA
CORRÉU : LUCAS DOS SANTOS SANTANA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOAO VICTOR SANTOS ROCHA BARBOSA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO (Apelação Criminal n. 0001102-44.2018.4.03.6002).

O paciente foi condenado às penas de 4 anos, 4 meses e 15 dias de reclusão, em regime semiaberto, e ao pagamento de 437 dias-multa, pela prática do crime tipificado no art. 33, caput, c. c. o art. 40, inciso I, ambos da Lei n. 11.343/06.

A impetrante sustenta que não há fundamentação idônea para a não aplicação da causa de diminuição de pena disposta no §4º do artigo 33 da Lei 11.343/06, em seu patamar máximo.

Requer, liminarmente, a expedição do contra mandado de prisão. No mérito, pugna pela concessão da ordem para reconhecer a aplicação em 2/3 da minorante do § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/06, com a consequente fixação de regime aberto e substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de

plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente